

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL

**REFLEXÕES SOBRE O IMPACTO DA GUERRA CONTRA O PARAGUAI PARA  
OS GUARANI E KAIOWÁ, NO PÓS-CONFLITO**

AQUIDAUANA - MS

2025



## RESUMO

No presente artigo se tecem comentários sobre a situação histórica dos Guarani e Kaiowá a partir do pós Guerra contra o Paraguai, marco histórico das perdas territoriais indígenas, no sul do atual Mato Grosso do Sul, e da intensificação dos processos de exploração e colonização dessa região, com conseqüências duradouras para aquelas populações. Trata-se de pesquisa bibliográfica, movida pela persistência da trágica situação vivida por aqueles povos. Utilizam-se como referências teóricas os autores que se destacam no estudo da questão, tais como Brand (1997); Mura (2006); Melià (2008); Oliveira e Pereira (2009), Vietta (2013); Benitez (2014); Oliveira e Esselin (2015), entre outros. Esses permitem verificar as raízes históricas da tragédia dos contemporâneos Guarani e Kaiowá. Conclui-se que existe a necessidade de se conhecer o processo histórico que levou as perdas e sua persistência em seu caráter colonial em relação aos povos indígenas.

**Palavras-Chave:** Territórios Indígenas. Guarani-Kaiowá. História Indígena.

## **ABSTRACT**

This article comments on the historical situation of the Guarani and Kaiowá from the post-war period against Paraguay, a historical milestone of indigenous territorial losses in the south of present-day Mato Grosso do Sul, and the intensification of the processes of exploration and colonization of this region, with lasting consequences for those populations. Moved by the persistence of the tragic situation experienced by those peoples. Authors who stand out in the study of the issue are used as theoretical references, such as Brand (1997); Mura (2006); Melià (2008); Oliveira and Pereira (2009), Vietta (2013); Benitez (2014); Oliveira and Esselin (2015), among others. These allow us to verify the historical roots of the tragedy of the Guarani and Kaiowá contemporaries. It concludes by perceiving the need to know the historical process that led to the losses and its persistence in its colonial character in relation to indigenous peoples.

**Keywords:** Indigenous Territories. Guarani-Kaiowá. Indigenous History.

## INTRODUÇÃO

No presente artigo apresentam-se comentários sobre a situação histórica dos Guarani e Kaiowá a partir do contexto histórico do pós-guerra contra o Paraguai, marco histórico das perdas territoriais indígenas, no sul do atual Mato Grosso do Sul, e da intensificação dos processos de exploração e colonização dessa região, com conseqüências duradouras para aquelas populações.

A Guerra contra o Paraguai, que ocorreu entre 1864 e 1870, foi um dos conflitos mais devastadores da história da América do Sul, envolvendo Brasil, Argentina e Uruguai, de um lado, e do outro lado, o Paraguai. Os efeitos do conflito foram profundos, afetando não apenas os países envolvidos, mas também as comunidades indígenas que habitavam as regiões em disputa.

Aquele conflito teve suas raízes em tensões políticas e econômicas na região do Rio da Prata, na disputa pelo seu domínio. O conflito envolveu uma coalizão de países que viam o Paraguai como uma ameaça. A guerra resultou em milhares de mortes e causou devastação generalizada, alterando o equilíbrio de poder na região e trazendo conseqüências duradouras para as comunidades locais, incluindo os povos indígenas.

No contexto da Guerra contra o Paraguai, se podem ver as graves e grandes perdas dos povos indígenas da região do atual estado de Mato Grosso do Sul, como pode ser visto em Vargas (2003), em relação aos Terenas. No presente artigo buscamos refletir sobre o caso dos Guarani e Kaiowá, a partir das referências bibliográficas existentes. O povo Guarani é um dos mais numerosos no Brasil, e o maior de Mato Grosso do Sul, se refere a grupos pertencentes ao tronco Tupi, da família lingüística Tupi-guarani, que no Brasil engloba os Kaiowá, os Nandeva e os Mbya (PEREIRA, 1999, p 14). A maioria fala Guarani e português, em geral os mais velhos falam somente a língua materna.

A Guerra contra o Paraguai teve um impacto profundo e duradouro nas comunidades indígenas de Mato Grosso do Sul, modificando as dinâmicas de suas terras, culturas e estruturas sociais.

Este artigo é motivado pela contemporânea história dos índios Kaiowá e Guarani em Mato Grosso do Sul, ainda marcada por conflitos e violências relacionadas à posse de seu território tradicional, visando revisitar e apontar como o contexto histórico brasileiro após

o conflito afetou as populações Guarani e Kaiowá, procurando perceber essa presença indígena no período pós-guerra, que se constituiu como uma das grandes referências em relação às perdas territoriais indígenas naquela região. Destaca-se a hipótese de que os planos de consolidação das fronteiras do império brasileiro após a Guerra contra Paraguai, com a idéia de ocupação de áreas consideradas pouco ocupadas, habitadas e exploradas, como era considerada a região do atual Mato Grosso do Sul, recrudesceram a espoliação dos territórios Guarani e Kaiowá.<sup>1</sup>

Cumprem observar que este artigo está restrito a considerações sobre uma situação histórica, de contextos históricos que envolveram os Guarani e Kaiowá, as percepções desses indígenas também são imprescindíveis para a compreensão da história indígena e que, no caso desse grupo são amplamente apresentadas e discutidas por Tônico Benitez, pesquisador antropólogo indígena, como pode ser visto em seus trabalhos, dentre os quais se podem citar o artigo, de 2014, “Recuperação dos territórios tradicionais guarani-kaiowá. Crônica das táticas e estratégias” e, sobretudo, na sua tese de doutorado em Antropologia Social, defendida na Universidade Federal do Rio de Janeiro, Museu Nacional, em 2009, A escola na ótica dos Ava Kaiowá: Impactos e interpretações indígenas.

### **O avanço sobre os territórios guarani e kaiowá na região sul-mato-grossense**

Em análise bibliográfica, a pesquisa está voltada para autores que possuem grande relevância para o estudo como um todo e que tratam da presença Guarani e Kaiowá, tais como Brand (1997), Mura (2006), Oliveira e Pereira (2009), Vietta (2013); Benitez (2014); Motta Araújo (2014); Oliveira e Esselin (2015). Piubelli (2019), entre outros, fundamentais para o entendimento da questão, dos contextos históricos que envolveram os Guarani e Kaiowá.

Inicialmente, vale ressaltar, que antes da Guerra contra o Paraguai, a região do atual Mato Grosso do Sul era habitada por diversas etnias indígenas, como os Guarani, Kaiowá. Kinikinau, Guató, Layana, Terena, Kadiwéu, dentre outras. Essas comunidades conferiam uma rica diversidade cultural ao referido território, com uma

---

<sup>1</sup>A região não era um espaço vazio, tratava-se de um território de ocupação tradicional Kaiowá e Guarani, mas sob a perspectiva de um Estado colonial, tratava-se de uma zona a ser conquistada e povoada por não indígenas (CAVALCANTE, 2013).

diversidade de línguas, tradições e modos de vida próprios, apresentando uma forte presença em toda aquela área geográfica. Para os indígenas suas terras eram de fundamental importância, assim como hoje, não somente para sua sobrevivência, fornecendo recursos naturais essenciais, como também de ser um espaço sagrado, repleto de significados espirituais e sociais.

Brand (1997) Mura (2006) e Benitez (2009) apontam que ocupação dos territórios Guarani e Kaiowá ocorreu principalmente após a Guerra contra o Paraguai (1864-1870), indicando que os documentos históricos mostram que a política de povoamento e exploração do território avançou primeiramente nos territórios Guarani e Kaiowá.

Tonico Benitez também observa esse contexto histórico, evidenciando o período pós Guerra contra o Paraguai:

As fontes documentais demonstram que o primeiro processo de retirada ou expulsão dos Guarani-Kaiowá de seus territórios iniciou-se com a política de povoamento e colonização da faixa de fronteira entre Brasil e Paraguai. Assim, a primeira « invasão » dos territórios Guarani-Kaiowá ocorreu, sobretudo, após a Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870). Os documentos históricos evidenciam que a política oficial de povoamento da faixa de fronteira avançou, primeiramente, nos territórios indígenas. Nesse processo, a primeira grande frente de expansão organizada de forma sistemática, que promoveu a exploração econômica nos territórios dos e Guarani e Kaiowá foi à atividade extrativista realizada pela Companhia Matte Larangeira. A atuação dessa companhia na região causou transformações e impactos profundos nas terras e modos de vida dos povos indígenas, configurando-se como um marco na dinâmica territorial daquela época. (BENITEZ, 2014, p. 230)

Ferreira e Brand (2007) observam que:

conflitos que passaram a marcar a vida dessa população indígena com a chegada das diversas frentes de exploração na região. Com o término da Guerra do Brasil, Argentina, Uruguai e o Paraguai (1865-1870), inicia-se na região intensa disputa em torno das terras, ricas em ervas nativas. Tomás Larangeira conseguiu, por meio do Decreto Imperial, de n. 8799, de 9 de dezembro de 1882, tornar-se o primeiro concessionário legal para a exploração da erva mate nativa, por um período inicial de 10 anos, abrangendo uma área de aproximadamente 5.400.000 hectares. Essa concessão, que abrangeu todo o território indígena, estendeu-se por mais de cinco décadas, indicando a forte influência política dos acionistas da já criada Companhia Matte Larangeira. A indústria ervateira foi a primeira frente econômica de ocupação do território indígena (FERREIRA; BRAND, 2007, p. 117).

De acordo com Ferreira e Brand os Guarani e Kaiowá também foram atingidos por empreendimentos agropecuários e, rapidamente, todo o território indígena foi ocupado. Os indígenas foram progressivamente confinados em áreas de terra reduzidas, ficando sem parte significativa de seus territórios. "ficaram sem os recursos imprescindíveis para as suas reais necessidades, (...). Esse processo histórico de confinamento, carregado de violências contra esses povos, é pouco conhecido (FERREIRA: BRAND, 2007, p. 117)

Tratando do impacto da perda da terra sobre o modo de vida dos Kaiowá/Guarani, Antônio Brand considera outro elemento: "a transferência de inúmeras aldeias para reservas, demarcadas entre 1915 e 1928, significou além do deslocamento geográfico e correspondente perda da terra, a inviabilização da economia tradicional" (BRAND, 2001, p. 67).

Para Levi Pereira (2012) a compreensão do processo de expropriação do território de ocupação tradicional Kaiowá e Guarani passa necessariamente pelo legado teórico deixado por Antônio Brand:

Mas como ele teria encontrado o caminho (método) para conseguir o êxito que teve na elucidação da história da expropriação do território indígena? O professor Bartolomeu Melià parece fornecer a resposta: o segredo estaria em "ler a história como se a escutasse dos próprios índios". Ainda segundo Melià, o professor Brand "encontrou a palavra-chave que explica essa triste história: confinamento. Os Guarani e Kaiowá de Mato Grosso estavam confinados em suas reservas; esta era sua colônia do século XX. O Guarani sabia disso, embora não tivessem os meios para dizer isso a essa outra sociedade que havia invadido e usurpado os seus territórios". Na língua guarani, o termo que corresponde ao processo que gerou o confinamento seria sarambi ("esparramo"), termo registrado por Brand, que soube retirar dele toda a força explicativa para o processo de perda do território (PEREIRA, 2012, p. 238).

O impacto da perda da terra não pode ser avaliado apenas tendo em conta o número de aldeias destruídas e, portanto, deslocadas e esparramadas, mas também enquanto causador de profundas alterações, a partir da constituição das reservas, onde as famílias kaiowá/ guarani acabaram concentradas e onde se encontram hoje os maiores impasses (BRAND, 2001. p. 69). Dentro do contexto histórico vivido pelos Kaiowá e Guarani, Antonio Brand enfatiza o confinamento e a instituição de Reservas:

Entre os anos de 1915 e 1928, o Governo Federal demarcou oito pequenas extensões de terra para usufruto dos Kaiowá e Guarani, perfazendo um total de 18.124 ha, com o objetivo de confinar os diversos núcleos populacionais dispersos em amplo território ao sul do

atual Estado de Mato Grosso do Sul. Essas reservas, demarcadas sob a orientação do Serviço de Proteção aos Índios, SPI, constituíram importante estratégia governamental de liberação de terras para a colonização e conseqüente submissão da população indígena aos projetos de ocupação e exploração dos recursos naturais por frentes não-indígenas. Ignorou-se, na sua implementação, os padrões indígenas de relacionamento com o território e seus recursos naturais e, principalmente, a sua organização social (BRAND, 2004. p. 137)

Oliveira e Pereira (2009) assinalam que a ocupação dos territórios Guarani e Kaiowá foi gradativa, essa ocupação passou também por frentes de colonos e criadores de gado da região do atual Mato Grosso do Sul que atingiram em cheio locais onde os indígenas radicaram seus Tekoha. Sendo consolidada na década de 1950 com os incentivos por parte do Estado para a ocupação do Centro-Oeste.

Para o pesquisador indígena Tónico Benitez:<sup>2</sup>

*Tekoha*, na visão indígena, significa um espaço territorial de domínio específico, muitas vezes, de uma liderança de uma família extensa (*tey'i*). Assim, *tekoha* é definido como o « lugar exclusivo de uma liderança de uma família onde ela pode realizar seu modo de ser – *teko* (BENITEZ, 2016, p. 229)

Se pode considerar o Tekoha como um dos elementos mais significativos e fundamentais da cultura Guarani e Kaiowá, indicativo de sua forma de territorialidade, e que foram durante atingidos no período após a Guerra contra o Paraguai. Para a pesquisadora Rosa Colman:

[...] *tekoha* significa espaço, lugar (ha), possível para o modo de ser e de viver (*teko*). Tal é a importância deste conceito que numa mesma palavra aglutinam dois conceitos: vida e lugar. Devido às agressões ao meio ambiente e ao processo de espoliação de suas terras, os Kaiowá e Guarani têm encontrado crescentes dificuldades para esta sobrevivência (COLMAN, 2007, p. 21).

---

<sup>2</sup>Tónico Benites é pesquisador, antropólogo e líder indígena pertencente aos povos Guarani Kaiowá. Atua na luta pelos direitos das populações mencionadas desde os anos 1990, tendo participado de eventos locais, estaduais, nacionais e internacionais. Publicou artigos, livros e assina a direção o filme "Martírio", que conta a resistência dos povos Guarani Kaiowá e denuncia as violências e violações sofridas por essas etnias no sul do Mato Grosso do Sul

Nesse sentido, o processo de ocupação e exploração da região do atual Mato Grosso do Sul, a partir do contexto histórico do período que se sucedeu ao fim da Guerra contra o Paraguai, ensejou uma política de ocupação econômica e consolidação de fronteiras do império brasileiro que teve impactos graves sobre os territórios dos Kaiowá e Guarani, os seus Tekoha.

Esse tema é também discutido por Mota Araujo, o contexto da instalação da Companhia Matte Larangeira, que é descrito em seu artigo publicado em 2014, no qual assinala que a partir de 1890, provocou transformações profundas nas áreas que apresentavam ervais nativos em abundância.

Segundo Brand (1997), a companhia teve grande impacto nas regiões de Caarapó, Juti, Ramada, Amambai, Campanário, entre outras. A exploração econômica dos ervais nativos na região fronteira com o Paraguai afetou diretamente os territórios tradicionais das comunidades Guarani e Kaiowá, que já habitavam essa vasta região.

Oliveira e Esselim observam que:

A história da economia da erva-mate, portanto, constitui-se em um elemento de grande importância para compreender a consolidação do processo colonização europeia e euro americana na região platina colonial. Torna-se, ainda, relevante para entender o processo ligado à posse e incorporação do antigo sul de Mato Grosso ao território nacional do Brasil. Isso tudo aconteceu a partir da exploração da mão de obra de coletivos indígenas, do conhecimento que possuíam e possuem sobre plantação dos ervais nativos existente sem seus territórios. Este é, portanto, um elemento relevante para compreender o sucesso do empreendimento ervateiro na região, bem como os motivos que levaram comunidades guarani e kaiowá a perderem seus territórios ao longo do século XX (OLIVEIRA: ESSELIM, 2015, p. 280-281)

Nesse contexto, as terras indígenas foram declaradas como devolutas pelo Estado brasileiro, conforme destacam os pesquisadores Oliveira e Esselin (2015). Esse ato significava que o governo central entendia que poderia arrendá-las, vendê-las a terceiros ou transferi-las para governos municipais, provinciais ou estaduais. Como explica a pesquisa uma breve história (indígena) da erva-mate na região platina: da Província do Guairá ao antigo sul de Mato Grosso (Oliveira; Esselin, 2015), essa era a perspectiva do governo em relação à utilização dessas terras, abrindo caminho para a exploração de recursos naturais na região.

## **Efeitos do longo processo de expropriação territorial Guarani e Kaiowá.**

Entre as décadas de 1940 e 1970, os planos e projetos do Estado brasileiro, ou por ele incentivados, continuaram a atingir os territórios Kaiowá e Guarani, com uma ocupação não-indígena, sob diversas formas

Em 1943, o então Presidente da República, Getúlio Vargas, criou a Colônia Agrícola Nacional de Dourados, CAND8, que tinha como objetivo possibilitar o acesso à terra para milhares de famílias de colonos, migrantes de outras regiões do país. A instalação dos colonos em território indígena provocou de imediato, problemas diversos e graves, pois questionou a presença indígena e impôs a sua transferência para outros espaços. A partir da década de 1950, especialmente, acentua-se a instalação de empreendimentos agropecuários nos demais espaços ocupados pelos Kaiowá e Guarani, ampliando o processo de desmatamento do território. Parte significativa das aldeias é destruída a partir deste período, acentuando-se o processo de confinamento nas reservas. A introdução da soja, a partir da década de 1970, junto com a ampla mecanização da atividade agrícola em toda a região, dispensou a mão-de-obra indígena e provocou o fim das aldeias refúgio nos fundos das fazendas, onde os Kaiowá e Guarani resistiam (BRAND, 2004, p. 140)

Além de perda territorial e o confinamento em espaços extremamente exíguos fora do padrão historicamente conhecido pelos Kaiowá e Guarani, da limitação de sua economia, como resultado da inviabilização da itinerância em território amplo e do rápido esgotamento dos recursos naturais, fundamentais para a qualidade de vida dos Kaiowá e Guarani, Antonio Brand ressalta ainda o impacto sobre a religiosidade Kaiowá e Guarani

O confinamento trouxe desafios novos no que se refere à organização social e religiosa. A vida religiosa exige um grupo familiar que lhe dê sustentação e que hoje é mais difícil. Diziam Hamilton Benitez e Rafael Britez, que “ninguém mais hoje está aprendendo a reza”. Os rezadores estão ficando velhos e ele “cai (...), vai acabando até terminá tudo”. Como consequência, nossa produção não saiu mais bem agora (...), a planta, o milho branco não saiu mais do jeito que saía, não saiu arroz, não saiu mais bem o feijão também não, batata também não, mandioca também não porque a produção não foi mais batizada (...), porque antigo não faltava nada, batizava cada ano, então a produção saía bem (BRAND, 1997, p. 246).

Cavalcante (2013) destaca, que na primeira década deste século aproximadamente 2.700 vivem em situação de acampamentos à beira de estradas ou

em pequenas áreas dentro dos seus antigos territórios, cerca de 38.700 em reservas indígenas criadas pelo SPI nas décadas de 1910 e 1920, e 11.000, em Terras Indígenas demarcadas após os anos 1980. Em complementação, o autor ainda destaca que esses dados são bastantes conservadores e não computa grande parte da população indígena que vive em áreas urbanas, o que faz considerar que estimar a população guarani e kaiowá de Mato Grosso do Sul em 60.000 pessoas vivendo em diferentes formas de assentamentos não seja nenhum exagero (Cavalcante, 2013).

O impacto territorial que a Guerra deixou, gerou diversos conflitos, levando ao deslocamento forçado de comunidades indígenas e à perda de vastas áreas de terra. Com o avanço das tropas e a busca por recursos, muitos grupos indígenas foram expulsos de seus territórios tradicionais, resultando em uma severa diminuição de suas áreas de habitação e práticas culturais.

As medidas, voltadas para a expansão territorial e geopolítica, impactaram diretamente as populações indígenas, cujas terras foram cada vez mais pressionadas pela chegada de novas políticas de ocupação.

O processo de reservamento de terras para os Kaiowá e Guarani em Mato Grosso do Sul, realizado nas décadas de 1910 e 1920, representa, como afirma Lima (1995), o “melhor resultado” da dinâmica tutelar imposta pelo Estado. Este processo consistiu na criação de áreas específicas, ou reservas, onde os povos indígenas foram concentrados, com o intuito de facilitar o controle sobre suas populações e integrá-las ao modelo de sociedade dominante.

A ação do SPI ao demarcar essas reservas iniciais sinaliza e oficializa o processo de confinamento e de acomodação que os Kaiowá e Guarani sofreram, representando uma forte estratégia colonialista que se embasava na tutela para realizar a intervenção junto aos povos indígenas no Brasil. Nesse sentido a “ação colonialista” tem como principal característica a unilateralidade das ações, desconsiderando as possíveis demandas e perspectivas do objeto da ação.

Em suas análises, Oliveira e Pereira (2009), descrevem que o principal objetivo era liberar as terras para a especulação imobiliária e garantir sua posterior ocupação por atividades agropecuárias. Como resultado, as reservas se tornaram áreas de acomodação para populações de diversas comunidades indígenas (p. 107).

Essas reservas foram estabelecidas de forma arbitrária e desrespeitosa, ignorando as dinâmicas internas das comunidades indígenas. Como descrito por Lima (1995, p. 76), as reservas indígenas eram “porções de terra reconhecidas pela

administração pública através de seus diversos aparelhos como sendo de posse de índios e atribuídas, por meios jurídicos, para o estabelecimento e a manutenção de povos indígenas específicos”.

Lima também destaca que o poder tutelar do Estado estava integrado a elementos da sociedade nacional que buscavam exercer soberania sobre os territórios indígenas, tanto no controle das terras quanto na disciplina dos povos indígenas. Esse processo visava à sedentarização dos indígenas e à inserção deles no sistema produtivo nacional. O poder tutelar, segundo Lima, envolvia o monopólio do Estado sobre a definição e o controle da população indígena: “O exercício do poder tutelar implica obter o monopólio dos atos de definir e controlar o que seja a população sobre a qual incidirá” (Lima, 1995, p. 74).

Em análise desses contextos políticos, temos o que acreditamos como reservas indígenas que foram conduzidas de maneira que favorecesse os interesses econômicos e territoriais do Estado e das elites agropecuárias, ao invés de priorizar os direitos dos povos indígenas. Ao definir arbitrariamente as áreas de reserva, o Estado não levava em consideração as necessidades culturais, sociais e econômicas dos Kaiowá e Guarani, tratando-os como obstáculos ao desenvolvimento.

Ao impor esse modelo de tutela, o Estado mantinha o controle sobre o futuro das populações indígenas, regulando não apenas suas terras, mas também suas formas de vida e integração à sociedade nacional, freqüentemente em detrimento de sua autonomia.

O processo de “reserva mento”, já mencionado anteriormente, teve um impacto profundo, pois desestruturou essa relação direta com a terra, afetando a cultura tradicional e impondo uma adaptação forçada aos novos espaços delimitados pelo Estado.

Estas considerações, conforme indicam Urquiza e Prado (2015) possibilitam pinçar uma reflexão feita pelo antropólogo norte-americano Marshall Sahlins (1997), na qual o mesmo afirma que a ordem mundial é englobada pelos povos que foram atingidas pelo colonialismo. O autor reflete sobre a questão, descrevendo que povos que sobreviveram fisicamente ao assédio colonialista não estão fugindo à responsabilidade de elaborar culturalmente tudo que lhes foi infligido. Eles vêm tentando incorporar o sistema mundial a uma ordem ainda mais abrangente: seu próprio sistema de mundo (Sahlins, 1997, p. 52).

Nesse sentido, Urquiza e Prado (2015) afirmam que se pode pensar sobre o conceito de *ñande reko* para os povos Kaiowá e Guarani, referindo-se à sua forma tradicional de vida, que está intrinsecamente ligada a um espaço geográfico específico.

Urquiza e Prado (2015) explicam que *Ñande reko* representa o modo de ser, viver e organizar-se desses povos, e só pode ser plenamente praticado dentro de um território que eles reconhecem como seu. É necessário compreender que a prática do *ñande reko* só se dá em um espaço geográfico e de uma “territorialidade política” (Melià et al, 2008, p. 106), que recebe o nome de *ñane reta*, sendo este o lugar designado por *Ñande Ru* ou *Ñane Ramõi* para uso da terra pelos Kaiowá e Guarani.

Assim, a prática do *ñande reko* só é possível no *ñane reta*, que é o território considerado sagrado e destinado ao povo Kaiowá e Guarani para viverem conforme suas tradições, valores e crenças. Fora desse espaço, eles não conseguem manter sua forma de vida original, pois estão desconectados do ambiente que lhes foi dado espiritualmente e culturalmente para viver de acordo com seus princípios. A análise de Urquiza e Prado (2015), portanto, ressalta a conexão profunda entre identidade cultural, espiritualidade e território para esses povos indígenas.

As estruturas sociais tradicionais das comunidades indígenas foram profundamente afetadas pela guerra e pelos processos coloniais. A desagregação familiar e comunitária foi um dos impactos mais visíveis, com muitos indivíduos forçados a viver em condições adversas que estavam acostumados. As políticas de colonização, conflitos territoriais e pressões externas criaram rupturas nas formas de organização dessas comunidades, inserindo-os em um mundo novo de uma forma forçada e sem possibilidade de defesa.

Apesar disso, algumas comunidades indígenas demonstraram uma notável resiliência. Mesmo diante da fragmentação de suas estruturas sociais e dos ataques à sua identidade cultural, muitas encontraram formas de resistência. Essa resistência se manifestou tanto na preservação de práticas culturais e espirituais, que continuaram a ser transmitidas entre gerações, quanto na organização comunitária em novas formas de atuação política. A luta pela recuperação e manutenção de seus territórios tradicionais tornou-se central nessa resistência, sendo um pilar importante na defesa de sua autonomia e identidade.

Hoje os Kaiowá e Guarani estão confinados em pequenas áreas super populosas, como no caso da Reserva Indígena de Dourados. Esse território, que também abriga famílias Terenas, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2016 foi registrado que é insuficiente para comportar a população, com aproximadamente 12.052 pessoas, distribuídas em cerca de 2.740 famílias, ocupando uma área de apenas 34,6 km<sup>2</sup>. Isso resulta em uma densidade demográfica de 333 pessoas por km<sup>2</sup>, um número assustadoramente elevado quando comparado à densidade de 47,8 pessoas por km<sup>2</sup> da cidade de Dourados, situada a poucos quilômetros da reserva (IBGE, 2010).

Para Urquiza e Prado (2015, p. 68) um exemplo do impacto da perda dos territórios tradicionais dos Kaiowá e Guarani, é que eles são obrigados a buscar sustento fora de suas comunidades, em trabalhos temporários nas usinas de álcool ou em atividades informais, como as changas, pequenos serviços. Tendo a dependência dos programas assistenciais do Estado, como a distribuição de cestas básicas, reforça uma política colonialista que perpetua a dependência dessas comunidades.

Não podemos terminar esse artigo sem apontar que toda a situação histórica que envolveu os Guarani e Kaiowá, na qual se situa a perda de seus territórios não foram simplesmente “assistidas” passivamente por esses indígenas. Lutas foram e são constantemente travadas e estratégias formuladas e que podem ser vistas na atuação política do Aty Guassu, espaço de articulação e atrelado, sobretudo, à grande discussão da demarcação dos territórios.

Antonio Brand já anunciava essa perspectiva:

Os Kaiowá/Guarani no Mato Grosso vêm implementando, desde o final da década de 1970, um amplo e crescente movimento voltado a recuperar territórios perdidos durante o processo de colonização. (Das cerca de uma centena de aldeias tradicionais que teriam sido desocupadas durante este processo, 16 já foram reocupadas pelos índios ou estão, neste momento, em processo de disputa pela posse BRAND, 2001, p. 82, 2001).

Mas, a luta continua.

**Reflexões finais.**

Em síntese, a Guerra contra o Paraguai teve um impacto profundo e duradouro nas comunidades indígenas de Mato Grosso do Sul. A perda de terras, a erosão cultural e as mudanças nas estruturas sociais geraram desafios significativos, mas também revelaram a resiliência dessas comunidades. Reconhecer e estudar esses impactos é essencial não apenas para entender a história das comunidades indígenas, mas também para abordar as questões de justiça social e territorial que ainda persistem hoje. Os povos em luta estão sendo resilientes até hoje, distribuindo histórias em comunidades que fazem a vida de cada um de seus ancestrais ficarem na história como um meio de segurança e fortaleza.

Os impactos da Guerra contra o Paraguai sobre as comunidades indígenas são aspectos fundamentais para compreender seus efeitos no presente. Muitas comunidades ainda relembram os efeitos do conflito em suas narrativas, utilizando esses relatos como formas de resistência e reivindicação de territórios. O reconhecimento das injustiças passadas continua a ser uma questão relevante, influenciando e movendo lutas contemporâneas por direitos e reconhecimento.

Em finalização, esta pesquisa bibliográfica pretendeu contribuir para o entendimento de parcela dos povos indígenas após o período de impacto da Guerra contra o Paraguai. Vale ressaltar que esta pesquisa é pequena diante do mundo de questões que englobam esse tema, apenas ressalta-se a importância de se perceber a presença indígena na história do Brasil, e a sua situação ainda de luta para a recuperação de territórios.

Os povos indígenas Guarani e Kaiowá há anos atravessam uma situação de insegurança e instabilidade que se estende sem que haja uma solução definitiva para a questão, em uma situação histórica de espoliação territorial intensificada após a Guerra contra o Paraguai, quando o Estado brasileiro formulou e colocou em execução planos de desenvolvimento de áreas consideradas pouco povoadas, como era considerada a região do atual Mato Grosso do Sul.

Finalmente, cumpre reiterar a necessidade de não se desconsiderar as percepções indígenas sobre suas histórias que cabe a eles registrarem, o que já estão fazendo, e, aos não indígenas, de ouvi-los e levá-los, efetivamente, à sério.

## **REFERÊNCIAS**

ARAÚJO, Motta.. História da Companhia Matte Larangeira. Disponível em:<[https://jornalgnn.com.br/historia/a-historia-da-companhia-matte-laranjeira/#google\\_vignette](https://jornalgnn.com.br/historia/a-historia-da-companhia-matte-laranjeira/#google_vignette)>. Acesso em: 9 jan. 2025.

BENITES, Tônico. Rojerokyhinaharoikejeytekohepe (Rezando e lutando): o movimento histórico dos Aty Guasu dos Ava Kaiowa e dos Ava Guarani pela recuperação de seus tekoha. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Museu Nacional – PPGAS, Rio de Janeiro, 2014.

BENITES, Tônico. Recuperação dos territórios tradicionais guarani-kaiowá. Crônica das táticas e estratégias. Journal de la Sociéte desaméricanistes [Enlignre], 100-2, 2014: disponível em <http://journals.openedition.org/jsa/14022> ; Acesso em 10/01/2025

BRAND, Antônio J. O impacto da perda da terra sobre a tradição Kaiowá/Guarani: os difíceis caminhos da Palavra. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS.1997

BRAND, Antonio. “O bom mesmo é ficar sem capitão”: o problema da “administração” das reservas indígenas Kaiowá/Guarani, MS. Telas, ano 1, n. 1, p. 67-88, out. 2001. Campo Grande – MS

BRAND, Antonio Jacó. O confinamento e seu impacto sobre os Pai-Kaiowá. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1992

CAVALCANTE, Thiago Leandro Vieira. **Colonialismo, território e territorialidade: a luta pela terra dos Guarani e Kaiowá em Mato Grosso do Sul.** Assis, SP: UNESP, 2013.

COLMAN, Rosa Sebastiana. Guarani Território e sustentabilidade: os Guarani e o Kaiowá de YvyKatu. Dissertação – Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, Mestrado em desenvolvimento local, 2007.

FERREIRA, Eva Maria Luiz; BRAND, Antonio Jacó. Conflito e violência no território dos Kaiowá/Guarani. Tellus, ano 7, n, 12, p. 117-124, out. 2007

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Resultados Preliminares do Universo do Censo Demográfico 2010. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/14007-asi-primeiros-resultados-definitivos-do-censo-2010-populacao-do-brasil-e-de-190755799-pessoas>> Acesso em: 19 out. 2024.

LIMA, Antônio C. de Souza. **Grande Cerco de Paz: poder tutelar, indianidade e formação do estado no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 1995.

MELIÁ, Bartolomeu. Ñande reko. In: Medina, Xavier. La comprensión Guarani de la vida buena. La Paz, Editorial Quatro Anos, p. 107-127, 2008.

MURA, Fábio. À procura do bom viver. Território, tradição de conhecimento e ecologia doméstica entre os Kaiowa, Tese (Doutorado em Antropologia Social), Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006

OLIVEIRA, Jorge Eremites de; PEREIRA, Levi Marques. Ñande Ru Marangatu: laudo antropológico e histórico sobre uma terra Kaiowá na fronteira do Brasil com o Paraguai, município de Antônio João, Mato Grosso do Sul. Dourados, MS: UFGD, 2009.

OLIVEIRA, Jorge; ESSELIN, Paulo Marcos. Uma breve história (indígena) da erva-mate na região platina: da Província do Guaíra ao antigo sul de Mato Grosso. Espaço Ameríndio, Porto Alegre, v. 9, n. 3, p. 278-318, jul./dez. 2015.

PACHECO DE OLIVEIRA, João. **O nosso governo**: os Ticuna e o regime tutelar. São Paulo: Marco Zero/MCT CNPq. 1988.

PEREIRA, Levi Marques, Parentesco e organização social kaiowá. Dissertação (Mestrado) em Antropologia) - Universidade Estadual de Campinas, 1999

PEREIRA, Levi Marques. - Contribuições de Antonio Brand para a história indígena, para o indigenismo e para a consolidação das instituições de pesquisa em Mato Grosso do Sul. Tellus, ano 12, n. 23, jul./dez. 2012

SAHLINS, Marshall. O “Pessimismo Sentimental” e a Experiência Etnográfica: que a cultura não é um “objeto” em via de extinção. Mana, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 41-73, 1997.

URQUIZA, A. H. A; Prado, J. H. (2016). O impacto do processo de territorialização dos Kaiowá e Guarani no sul de Mato Grosso do Sul. Tellus, (29), 49–71. Disponível em; <<https://doi.org/10.20435/tellus.v0i29.358>> Acesso em 17 out. 2024.

VARGAS, Vera Lucia Ferreira. A construção do território Terena (1870-1966): uma sociedade entre a imposição e a opção. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados-MS, 2003

VIETTA, Katya. Histórias territoriais: a privatização das terras kaiowá como estratégia para a guarnição da fronteira brasileira e outras histórias. Espaço Ameríndio, Porto Alegre, v. 7, n. 2, p. 26-63, jul./dez. 2013.